



Número: **5056653-59.2022.8.13.0702**

Classe: **[CÍVEL] CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Uberlândia**

Última distribuição : **09/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **04751984019988130024**

Assuntos: **Atos executórios**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
mgj minas gerais participações s/a (AUTOR)	
	BARBARA EMILIA MARONI SAFE SILVEIRA (ADVOGADO) REGIANE COIMBRA MUNIZ DE GOES CAVALCANTI (ADVOGADO) HELMO RICARDO VIEIRA LEITE (ADVOGADO)
ADELICIA CANDIDA PEREIRA PAES LEME (RÉU/RÉ)	
	MARCIO PRADO SANTOS (ADVOGADO)
UBIRAJARA FRATARI PAES LEME (RÉU/RÉ)	
	MUCIO RICARDO CALEIRO ACERBI (ADVOGADO)

Outros participantes	
GLENER BRASIL CASSIANO (LEILOEIRO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10174191834	23/02/2024 15:02	Autos - 5056653-59.2022.8.13.0702 - Edital de Leilão	Edital

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG.

EDITAL DE LEILÃO NA MODALIDADE ON-LINE (ELETRÔNICO)

PROCESSO Nº: 5056653-59.2022.8.13.0702

EXEQUENTE: MGI MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ: 19.296.342/0001-29

EXECUTADO: ADELÍCIA CÂNDIDA PEREIRA PAES LEME
CPF: 239.617.246-87

EXECUTADO: UBIRAJARA FRATARI PAES LEME
CPF: 530.720.498-15

Por ordem do(a) **MM(a). Juiz(a) de Direito da 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG**, na forma da lei, FAZ SABER, aos que do presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa que:

Será realizado **LEILÃO NA MODALIDADE EXCLUSIVAMENTE ON-LINE (eletrônico)**, conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Sr. GLENER BRASIL CASSIANO**, devidamente matriculado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 470, e será realizado na modalidade exclusivamente virtual, no sítio: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br** conforme decisão de nomeação de **id:9656499667 Pág.1 / Pág.4.**

O presente edital e demais informações estarão disponíveis no endereço eletrônico: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, ou pelos telefones: (34) 3229-6161 / (34) 99988-1611.

1) DESCRIÇÃO DO BEM:

01 (um) imóvel de **matrícula 26.411 do Cartório do 1º Ofício Registro de Imóveis de Uberlândia-MG**, situado nesta cidade, no Bairro Karaíba, na **Rua Cyro Avelino Franco, número 365**, designado por lote 39 da quadra 01, medindo catorze metros (14,00m) de frente e aos fundos, por trinta metros (30,00m) de extensão dos lados, **com área de quatrocentos e vinte metros quadrados (420,00m²)**, confrontando pela frente, com a Rua 02 (dois), pelo lado direito, com o lote número 40; pelo lado esquerdo, com o lote número 36; e pelos fundos, com os lotes 06 e 07. Acha-se edificado no lote acima especificado, um prédio residencial com a área construída de cento e sessenta e cinco metros e quarenta centímetros quadrados (165,40m²), com todas as dependências, instalações e benfeitorias existentes, distribuída da seguinte forma: a mencionada casa é térrea, com 02 (dois) portões na frente da casa, sendo 01 (um) de garagem e 01 (um) de entrada de pedestre, a garagem tem o piso de ardósia, toda quebrada, 01 (uma)



cozinha, com armário de MDF quebrado, 01(um) quarto, 01(uma) sala de jantar, 01(uma) sala de estar, tudo com piso de cerâmica, muito sujo, 01(um) escritório com piso de granito, 01(um) quarto, 01(um) banheiro social, 01(um) quarto com suíte, 01(um) quarto com suíte, mas o banheiro não está funcionando, o teto está com muita infiltração, a casa toda está com infiltração, a casa está muito estragada, precisando de reforma.

Nos termos do Auto de Avaliação de **id:9839894171-Pág.4.**

ÔNUS QUE RECAEM SOBRE O IMÓVEL:

R-7-26.411: 14/09/94 - DEVEDORES: UBIRAJARA FRATARI PAES LEME, e sua mulher ADELÍCIA CÂNDIDA PEREIRA PAES LEME, retro qualificados. CREDOR: BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A - BENGÊ, com sede em Belo Horizonte - MG, inscrito no CGC sob o n°. 17.298.092/0001-30, representado, neste ato, por seus procuradores Edilene Lara Coelho Prata, CPF 502.672.056-00 e Noraldo Eustáquio Machado, CPF 156.013.906-49, conforme procuração lavrada pelo Cartório do 8º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte - MG, no livro nº869-P às fls.113. PRIMEIRA E ESPECIAL HIPOTECA - Contrato Particular de Compra e Venda com FINANCIAMENTO E GARANTIA DE HIPOTECÁRIA, com força de escritura pública, em face do disposto no artigo 61 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.380/64, com as modificações introduzidas pela Lei nº 5.049/66 e o artigo 26 do Decreto-Lei nº 70/66, datado de BH 19/08/94. VALOR DA DÍVIDA: R\$ 36.848,00 equivalente a 4.900,00000 UFP. VALOR DA GARANTIA: R\$ 53.014,72, equivalente a 7.049,82979 UFP. PLANO DE REAJUSTE/SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO: PCR-Tabela Price. ÉPOCA DE REAJUSTE DOS ENCARGOS: conforme disposto nas cláusulas 8ª a 11ª das condições gerais do contrato. VENCIMENTO DO 1º ENCARGO MENSAL: 19/09/94. PRAZO DE RESGATE: normal - 180 meses. PRAZO MÁXIMO DE PRORROGAÇÃO: 60 meses. TAXA ANUAL DE JUROS: nominal - 11,38668% - efetiva - 12,000%. PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO DE RENDA: máximo de 30% da renda familiar bruta. ENCARGO MENSAL INICIAL: R\$ 493,69. As partes obrigam-se pelas demais condições constantes do contrato, as quais ficam fazendo parte integrante do presente registro.

AV-10-26.411 - Protocolo nº 486.803, em 20 de outubro de 2016 - A requerimento da proprietária, datado de 19/10/2016, que juntou certidão de casamento expedida pela Escrevente do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais desta Comarca, datada de 19/10/2016, com o nº de matrícula 0591960155 1982 2 00020 129 0006247 41, procede-se a esta averbação para constar que de acordo com escritura pública lavrada pelo Cartório do 2º Ofício de Notas local, no livro nº 1276-N às fls. 200, em 23/07/2015, foi decretado o divórcio consensual do casal Ubirajara Fratari Paes Leme e Adélia Cândida Ferreira Paes Leme, continuando a mulher a usar o nome de casada, ou seja, "Adélia Cândida Ferreira Paes Leme".

a) Ressalva-se que todas as informações aqui descritas, encontram-se registradas nos autos em epígrafe, cabendo aos interessados e pretensos arrematantes, consultarem todo o histórico de pendências financeiras que possam recair sobre o bem descrito acima, bem como, tributos, taxas, impostos, penhoras, direitos reais e emolumentos.

3) VALOR DA AVALIAÇÃO:

a) Em 22 de maio de 2023, os **100% (cem por cento)** do imóvel registrado no **Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberlândia-MG**, sob a **matrícula 26.411 (casa com terreno)** foi avaliado em **R\$700.000,00 (setecentos mil reais)**. Conforme Auto de Avaliação de **id:9839894171-Pág.4**.

b) As medidas e confrontações das áreas do imóvel e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos do processo.

4) DATA DA REALIZAÇÃO DA PRAÇA/LEILÃO:

a) Será realizada a Praça do bem acima mencionado, dia **06 de maio de 2024 (segunda-feira)**, com **início a partir das 14:00 horas e término a partir das 14:30 horas**, na modalidade **exclusivamente virtual**, no **sítio: www.leiloesbrasilcassiano.com.br** pelo **VALOR IGUAL OU MAIOR EQUIVALENTE A 100% (cem por cento)** da avaliação, ou seja: **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, à vista ou parcelado nos termos do art.895 do CPC.

A REALIZAÇÃO DO LEILÃO ESTÁ CONDICIONADA, SE NÃO HOVER LICITANTES NA PRAÇA.

b) Caso não haja licitantes interessados, ficará designado Leilão para o mesmo dia **06 de maio de 2024 (sexta-feira)**, com **início a partir das 14:30 horas e término a partir das 15:00 horas**, na modalidade **exclusivamente virtual**, no **sítio: www.leiloesbrasilcassiano.com.br** pelo **VALOR IGUAL OU MAIOR EQUIVALENTE A 60% (sessenta por cento)** da avaliação, ou seja: **R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**, à vista ou parcelado nos termos do art.895 do CPC.

5) FORMA DE PAGAMENTO:

a) O Leilão será aberto somente para **pagamento à vista**, a ser realizado em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo Leiloeiro, ou **parcelado na forma do art. 895 do Código de Processo Civil**.

b) Em atenção aos §7º e §8º art.895 do Código de Processo Civil, **PROPOSTA DE PAGAMENTO DO LANCE À VISTA SEMPRE PREVALECERÁ SOBRE AS PROPOSTAS DE PAGAMENTO PARCELADO**, havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado em diferentes condições, o juiz decidirá pela



mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor, em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.

6) PARCELAMENTO:

a) Para pagamento parcelado do bem ofertado na **PRAÇA**, os interessados deverão encaminhar a proposta por escrito ao Leiloeiro Oficial **GLENER BRASIL CASSIANO**, através do e-mail: **glenerleiloeiro@gmail.com**, antes do início da **Praça**, por Valor a partir de **100% (cem por cento) da Avaliação**,

b) Para pagamento parcelado do bem ofertado no **Leilão**, do mesmo modo os interessados deverão encaminhar a proposta por escrito ao Leiloeiro Oficial **GLENER BRASIL CASSIANO**, através do e-mail: **glenerleiloeiro@gmail.com**, antes do início do **Leilão**, por Valor a partir de **60% (sessenta por cento) da Avaliação**.

c) Em todas hipóteses as propostas de pagamento parcelado, conterão, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance, e mais 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro Oficial à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses corrigidas mensalmente**.

d) Para pagamento parcelado, o arrematante deverá efetuar o pagamento mediante guia judicial no prazo de 24(vinte e quatro) horas, da data do leilão, do valor mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo 30(trinta parcelas) mensais sucessivas a partir da arrematação conforme o art. 895, §1º do Código de Processo Civil, sendo que a Comissão do Leiloeiro no percentual de 5% (cinco por cento), será pago à vista.

e) A ARREMATÇÃO MEDIANTE PARCELAMENTO DO BEM IMÓVEL, SERÁ GARANTIDA POR HIPOTECA GRAVADA NO PRÓPRIO BEM ARREMATADO.

f) A atualização dos valores das parcelas, deverão seguir a Tabela de Atualização Monetária, a ser definidos por este Juízo.

g) Em caso de inadimplemento, o **REQUERENTE**, poderá optar pela **RESOLUÇÃO DA ARREMATÇÃO**, ou ainda a **EXECUÇÃO DO ARREMATANTE**.

h) Em caso de inadimplemento de qualquer parcela, incidirá **multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em mora**, com as parcelas que vencerão em conformidade com o artigo 895, §4º do Código de Processo Civil.

i) Caso seja pleiteada a **RESOLUÇÃO DA ARREMATÇÃO**, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, **perderá o sinal de negócio já pago**.

j) Caso seja pleiteada a **EXECUÇÃO**, todas as parcelas vencidas, vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, **incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do Código**



de Processo Civil, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

7) **CONDIÇÕES DO LEILÃO:**

a) O leilão será regido pelo Decreto **Lei 21.981/32, Código Penal, CTN, CPC e Código Civil** nas seguintes condições:

b) O **DOUTO JUÍZO da 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG**, reserva-se ao direito de incluir ou excluir bens do leilão.

c) O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. **GLENER BRASIL CASSIANO**, devidamente matriculado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, **sob o nº 470**, na data e horários mencionados acima.

d) O presente edital será publicado no endereço eletrônico **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, nos termos do **Artigo 887 §2º do CPC**.

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos à taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa nos termos do **art. 130, parágrafo único, do CTN**.

8) **INTERESSADOS**

a) Para participar do leilão eletrônico, os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, deverão realizar previamente o cadastro e se habilitar no sítio eletrônico do leiloeiro: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login e senha de acesso, poderá ofertar o lance.

b) Compete aos interessados na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização uma vez que as alienações são feitas em caráter ad corpus, ou seja, no estado em que se encontra.

9) **COMISSÃO DO LEILOEIRO:**

a) Pelos serviços prestados, caberá ao Leiloeiro Oficial nomeado a comissão no percentual de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor da arrematação, **que deverá ser quitada pelo Arrematante**.



b) A Comissão do Leiloeiro deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante, por meio do e-mail indicado no cadastro, impreterivelmente até o dia subsequente à realização do Leilão, e o comprovante deverá ser enviado ao leiloeiro no e-mail: **glenerleiloeiro@gmail.com**, na mesma data, **até às 18h00 min.**

c) No caso de quitação antecipada da execução, adjudicação, remição ou acordo, o leiloeiro será remunerado com o correspondente **percentual de 5% (cinco por cento) sobre o VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM**, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de adjudicação, a remuneração do leiloeiro será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta

d) Na hipótese de **NÃO PAGAMENTO DA COMISSÃO**, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou em ação autônoma, ainda, levar o título (certidão de arrematação) a protesto perante a serventia extrajudicial competente.

10) PAGAMENTOS:

a) O pagamento da arrematação será feito mediante **DEPÓSITO JUDICIAL** cuja guia de pagamento será encaminhada ao e-mail do Arrematante.

b) O **VALOR DA ARREMATAÇÃO**, incluído o valor da **COMISSÃO DO LEILOEIRO**, deverão ser integralmente **pagos impreterivelmente nas 24 horas úteis subsequentes ao leilão**, sob pena da aplicação das sanções previstas em lei e neste edital, e posteriormente os comprovantes deverão ser enviados ao e-mail do leiloeiro: **glenerleiloeiro@gmail.com**, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco, para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos na mesma data, até às 18h00.

c) Após a arrematação mediante lance, o **AUTO DE ARREMATAÇÃO** será assinado pelo(a) **Exmo(a) Juiz(a)** apenas após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação ou da entrada/sinal, ser for o caso de parcelamento previsto no presente edital e da Comissão do Leiloeiro.

11) PENALIDADES:

a) Em caso de desistência ou inadimplência, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei (§ 5º do art. 903 do CPC), o arrematante, perderá a caução, a favor do exequente, **também não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro**, que reterá o valor correspondente referidos na alínea "c" do item 6 (PARCELAMENTO), sendo ainda impostas as penalidades previstas na legislação e/ou no presente edital, além das previstas **no art. 358 do Código Penal**.

b) Caberá ao arrematante provar, independentemente de intimação, nos dez (10) dias seguintes à lavratura do auto de arrematação, a existência de ônus real ou de gravame não mencionado no edital, hipótese em que poderá desistir da arrematação efetuada, sem a imposição de ônus (artigo 903, § 5º, inciso I, do CPC).



12) APÓS A ARREMATAÇÃO:

a) Quem pretender arrematar/adjudicar/remir o referido bem, fica ciente que a espécie se aplica os preceitos do Código de Processo Civil.

b) Caberá ao arrematante/adjudicante/remitente, arcar com as custas processuais, além de todos os tributos incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive ITBI, IRPJ, taxas de transferência, despesas cartorárias dentre outros.

13) DIREITO DE PREFERÊNCIA:

Nas hipóteses em que houver previsão legal do **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**, este **deverá ser exercido durante o leilão, em igualdade de condições com eventuais outros interessados**, cabendo ao titular do direito participar do leilão e exercer seu direito de preferência com base no maior lance e nas mesmas condições de pagamento recebido pelo leiloeiro durante o leilão.

14) VENDA CONSIGNADA

a) Caso o bem ofertado não receba lances durante o Leilão, o mesmo ficará disponível para o recebimento de propostas até o fim do expediente do leiloeiro, desde que respeitadas todas as condições do Edital de Leilão já realizado.

b) Eventualmente, ainda caso o bem não receba propostas até o fim do expediente do Leiloeiro na data designada para o leilão, o Leiloeiro Oficial em atendimento aos princípios da economia e celeridade processual, poderá ofertar o referido bem em seu sítio **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, de forma condicionada pelo período mínimo de 30(trinta) dias após a realização do leilão, podendo ser prorrogado por igual período mais 2 (duas) vezes, onde receberá propostas condicionais para que sejam levadas à apreciação do Magistrado, **o que ensejará o direito ao recebimento da comissão no valor de 5% (cinco por cento).**

15) INTIMAÇÃO DAS PARTES:

a) Caso os devedores não possuam procuradores habilitados no feito, deverão ser intimados do Leilão e dos ônus que lhe serão impostos por Oficial de Justiça.

b) Desde já ficam intimadas as partes, os interessados, e principalmente os Requeridos, credores hipotecários ou credores fiduciários, assim também como os cônjuges;

c) Consideram-se intimadas as partes interessadas, caso frustrada as intimações pessoais.

16) RESPONSABILIDADE DO LEILOEIRO:

O Leiloeiro Público Oficial, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mandatário, ficando



assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do artigo 663 do Código Civil Brasileiro.

RESSALVANDO QUE A ARREMATAÇÃO SÓ SERÁ CONCLUÍDA APÓS A HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO.

Este Edital está em conformidade com a resolução n° 236 de 13 de julho de 2017 do CNJ.

Uberlândia - MG, 23 de fevereiro de 2024.

JUIZ(A) 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG

